



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0153/16	DATA: 22/03/2016	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h12min	TÉRMINO: 12h00min	PÁGINAS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GUEITIRO MATSUO GENSO - Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil — PREVI.

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há orador não identificado. Houve intervenção inaudível. Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da 42ª Reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dispensada a leitura, a pedido do Deputado Samuel Moreira.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Gueitiro Matsuo Genso, Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil — PREVI.

Convido o Sr. Gueitiro Matsuo Genso a tomar assento à mesa. Convido também, para tomar assento à mesa, o Sr. José Aloízio Guimarães, Consultor Jurídico da PREVI, para acompanhá-lo. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, para apresentação pessoal e comentários que desejar fazer. Os Deputados interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente na Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para suas interpelações; os Sub-Relatores, 10 minutos; autores do requerimento, 5 minutos; e os demais Deputados inscritos, 3 minutos.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concedo a palavra ao Sr. Gueitiro Matsuo Genso, pelo prazo de 20 minutos.



Logicamente, o que há de mais relevante é a explicação sobre o desempenho do fundo no ano de 2015, quando apresentou um déficit bastante representativo, segundo informações da Comissão. Caso V.Sa., dentro da sua fala, já pudesse abordar esse tema, seria de muita utilidade para toda a Comissão.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, em nome de quem gostaria de cumprimentar os demais Parlamentares presentes.

Vou pedir licença, Sr. Presidente, para fazer a apresentação em *PowerPoint*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

Caso V.Sa. queira ficar de frente para os Deputados, pode sentar-se e usar o microfone.

Eu peço que seja reajustado o tempo do Sr. Gueitiro.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Mais uma vez, bom dia a todos.

Eu queria rapidamente me apresentar aos Parlamentares e aos associados da PREVI que, porventura, não estavam presentes à última reunião da qual participei.

Eu tenho 30 anos de carreira no Banco do Brasil. Sou funcionário de carreira, comecei a trabalhar com 13 anos em uma agência do Estado do Paraná e durante quatro anos fui menor estagiário. Aos 18 anos ingressei como funcionário do Banco do Brasil e trabalhei durante 15 anos em agências no Estado do Paraná. Desde 2007, por concurso interno, vim trabalhar em Brasília como executivo do Banco do Brasil, que é o segundo nível na carreira hierárquica, logo abaixo do Diretor do Banco.

Eu fui Diretor do Banco Nossa Caixa, quando o Banco do Brasil adquiriu aquele banco em São Paulo. Foi um projeto de relevância de que participei e do qual eu tenho orgulho. Depois, fui Diretor do Banco do Brasil da área de empréstimos e financiamentos à pessoa física. Na sequência, fui Diretor de Crédito Imobiliário. Minha última missão no Banco do Brasil foi a de ser Diretor de Clientes Pessoas Físicas. E, desde fevereiro do ano passado — portanto, há um ano —, o Conselho Diretor do Banco do Brasil indicou-me para o desafio mais importante da minha carreira, que é estar à frente dessa entidade chamada PREVI, que tem 200 mil associados.



O Sr. Presidente já mencionou que, durante o meu tempo, vou direto ao ponto que me traz aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Gueitiro, quem o indicou à PREVI?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - O Conselho Diretor do Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só o Conselho?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Só o Conselho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não houve indicação política nenhuma?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Eu não sou filiado a nenhum partido e não tenho indicação política, V.Exa.

O Presidente já fez menção aqui, e eu vou direto ao ponto.

Durante a projeção desses poucos eslaides que eu trouxe, vou apresentar e prestar contas a esta Casa do resultado da PREVI no ano de 2015, Sr. Presidente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Trata-se de um resultado já aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade, por recomendação do Conselho Fiscal e pelos documentos necessários para a aprovação desse resultado.

A referida aprovação aconteceu na quinta-feira passada, Sr. Presidente. Na sexta-feira, como de praxe, esse resultado foi apresentado a todos os funcionários da PREVI — que também são associados — das 9 horas às 11 horas. De meio-dia até às 15 horas, apresentamos esses resultados para as entidades que compõem os 200 mil associados e, às 16 horas de sexta-feira, fiz uma apresentação via videoconferência disponível aos nossos 200 mil associados pelo Brasil, para que todos deles tomassem conhecimento e sobre eles pudessem debater, inclusive com espaço para fazerem perguntas.

Vou focar a minha apresentação ao que nós chamamos de Plano 1.

Temos dois planos na PREVI, um deles iniciado a partir de 1997. Trata-se de um plano novo, em que as pessoas ainda estão na fase de acumulação, pois a maioria ainda está na ativa.

Mas temos outro plano, que é esse Plano 1, que só tem 19 mil pessoas na ativa, pois a grande maioria já está na fase de benefício.



Portanto, este foi o plano — nominado Plano BD — que apresentou, em 2015, Sr. Presidente, 16 bilhões de déficit técnico.

Neste eslaide apresento dados que nos ajudam a entender um pouco da formação da carteira, da formação dos ativos que compõem esse plano hoje.

Desde o final da década de 1990 e começo da década passada, a PREVI vem tendo uma composição da sua carteira de ativos com um percentual maior que 50% em renda variável. Então, esses são ativos que compõem a nossa carteira já a partir do final da década de 90.

Foi uma estratégia que, ao longo do tempo, mostrou-se vencedora, porque fez com que tivéssemos rentabilidade maior que a atuarial e que pudéssemos fazer distribuição, inclusive, de superávit por conta da legislação. Esta é a história da nossa carteira.

Nesse próximo eslaide eu demonstro — e tal ocorreu por conta da Resolução nº 26, que já foi alterada, por sugestão desta Casa, em novembro passado — que a Resolução nº 26 dizia que, ao acumular superávit acima de 25% da reserva matemática por 3 anos consecutivos, haveria necessidade de se regulamentar e de se planejar a distribuição.

Então, aqueles pontos do gráfico de barra, em verde, significam as reservas especiais que foram acumuladas a partir do ano de 2005 e 2006, valores que fizeram com que a nossa entidade tivesse que planejar distribuição de 25.43 bilhões daquelas reservas de natureza especial.

Só para os Srs. Parlamentares terem uma ideia do que isso representa, durante 7 anos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir para aquela pessoa sair dali, porque está atrapalhando a visualização do gráfico. *(Pausa.)*

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Retomando, durante 7 anos, nem o banco, como patrocinador, nem o associado fizeram contribuições. Com essa reserva especial também pudemos baixar a taxa de juros atuarial. A taxa de juros da PREVI hoje é INPC mais 5%. Portanto, fizemos alteração nessa tábua atuária.

Tudo isso culminou, em 2010, com a distribuição do benefício especial temporário, que, durante 3 anos, tanto o associado quanto o patrocinador tiveram



20% adicionais em sua aposentadoria. A soma total dessa reserva especial é de 25 bilhões.

Sr. Presidente, por sugestão desta Casa, na resolução nova aprovada ano passado, mudou-se essa regra de distribuição de superávit e de tratamento de déficit também, tanto é que esse gráfico mostra a rentabilidade acumulada de 2002 até 2015.

A linha cinza, que indica o número de 342%, mostra que essa é a rentabilidade mínima para o plano ficar solvente. Trata-se da chamada rentabilidade atuarial. Aquela linha verde é a que aponta a rentabilidade, de fato, auferida.

Então, se nós não tivéssemos a obrigatoriedade regulamentar, na década passada, de fazer aquela distribuição, nós estaríamos enxergando a fotografia do nosso Fundo de Previdência hoje superavitário.

Agora vou falar um pouquinho de 2015, que é o que interessa. O que está acontecendo? Qual o impacto que nós tivemos por ter uma carteira de renda variável relevante na nossa entidade no Plano 1.

Eu trouxe este gráfico para contextualizar um pouco o que está acontecendo com a renda variável pelo mundo. Aqui estão representadas as principais bolsas do mundo, em 2015 — e aqui está o acumulado até 19/02. Todas, com várias exceções, sofreram um impacto grande, ou seja, o investidor de curto prazo está saindo de renda variável e buscando renda fixa. Estou falando de Nova Iorque, Londres, Paris, Frankfurt, Tóquio, enfim, de bolsas onde se verificou o impacto de queda da renda variável.

No Brasil, além desse impacto que o mundo sofreu com a desaceleração, com preços de *commodities* menores, com a China crescendo, tivemos um PIB, no ano passado, de 3,83%. Só que, quando reabrimos o PIB e vamos analisá-lo por setores de cujas empresas participamos, vemos que essa queda foi muito maior, Sr. Presidente, do que 3,83%. Por exemplo, a queda na indústria foi de 6,2%.

Tudo isso faz com que as empresas gerem menos resultados, haja redução no preço das ações na bolsa e, além da marcação do preço a mercado, pague-se menos dividendos.

Compartilhando aqui e prestando conta aos Srs. Parlamentares, só em cinco ativos que nós temos na nossa carteira nós tivemos que marcar 13 bilhões a menor.



Esses cinco ativos valiam “x”, em 31/12/2014, e valem “y”, em 2015. Entre eles, a Vale, o Banco do Brasil, a Neoenergia, a PETROBRAS e o Bradesco, representam 13 bilhões a menor em nosso ativo no renda variável.

Então, se o ativo foi impactado, Sr. Presidente, com a queda da renda variável, nós também tivemos impacto no passivo, porque o passivo precisa ser corrigido pelo INPC e pela inflação. Quando nós tivemos, em 2015, 11,28% de INPC — dois dígitos — mais 5%, que é a meta atuarial, o nosso passivo cresceu 13,8 bilhões de reais. Ou seja, metade do meu ativo, que é renda variável, caiu 13%, e o meu passivo subiu 13%.

Portanto, para quem administra um fundo de pensão — e isso está acontecendo no mercado como um todo — há um cenário do pior momento possível, qual seja: passivo crescendo a níveis de inflação e ativo em renda variável não crescendo.

Especificamente sobre o nosso balanço já comentei. Ele foi aprovado em 17/03. Todos os nossos demonstrativos, por unanimidade, por consenso, tiveram parecer favorável do Conselho Fiscal por consenso também. Houve um relatório da auditoria independente limpo e já apresentado para as nossas entidades, para os funcionários e para todos os participantes via *web*.

Eu também, Sr. Presidente, irei a 12 Estados brasileiros onde estão 85% dos nossos associados. Eu irei pessoalmente — eu e mais um diretor eleito — fazer uma apresentação e prestar contas diretamente para os associados, porque esse número de 16 bilhões tem que ser explicado, tem que ser entendido o contexto e, principalmente, o impacto que gera na vida das pessoas.

Então, o nosso déficit é de 16 bilhões 137 milhões. Esse é o déficit técnico.

Portanto, do lado do passivo, temos 16,84% pressionando o nosso balanço; do lado do ativo, uma Bovespa caindo a 13,31% — que foi o índice que caiu em 2015. Isto significa que, só naqueles ativos que eu mostrei no eslaide anterior, houve impacto de 13,4 bilhões. Tem-se, pois, os dois momentos muito ruins.

E mais: aqueles 13,4 bilhões, no mínimo, deveriam ter rendidos 16,84%. Além de não renderem os 16,84%, para ficar equilibrado, caíram 13,4%.

Acresça-se, ainda, que vivemos também no nosso Plano 1 um momento de liquidez. A folha de pagamento, em 2014, correspondeu a 9,4 bilhões. Ou seja, o



cumprimento da missão, que é pagar, de fato, os benefícios, vem crescendo ano a ano.

O que nós estamos passando com muito cuidado aos nossos associados, didaticamente, Sr. Presidente, tentando explicar, é o seguinte: são esses 16 bilhões que vão impactar os nossos bolsos? E digo isso porque também sou associado a esse plano, assim como os funcionários da PREVI.

Aí vem a resolução aprovada pelo CNPC, por sugestão e após um debate nesta CPI. O Sr. Presidente e o Sr. Relator estiveram lá com o Ministro da Previdência no ano passado. E esta regra tem um cálculo: durante um tempo específico para cada plano, pode-se conviver com um déficit, desde que seja conjuntural e que o momento do plano permita, Sr. Presidente. Então essa regra é calculada dessa forma. Eu preciso ter 135 bilhões de reais no passivo para conseguir cumprir com o compromisso até o último aposentado, em 2080. Neste momento, eu estou com 119. Longo, faltam-me 16. Com esses 16, a resolução já lhe permite ir aos títulos que estão no ativo, títulos de renda fixa que estão com taxas de juros a vencer em 2040, 2050, e verificar se está maior do que a atuarial. Então, nós temos um ganho nisso de 2 bilhões e 200. Então o déficit ajustado é de 13 bilhões 914 milhões, ou seja, 10,24% da reserva matemática.

Na regra anterior, da 26, antes da intervenção e da discussão nesta Casa, nós teríamos que discutir com os nossos associados uma equalização, em 2017, de 13 bilhões e 900 milhões. Mas a nova regra, a CNPC 22, de 25/11/2015, diz que não se pode aplicar esse 10,24%, a cada ano, para todos os planos, é preciso olhar a *duration* do plano. O que é a *duration* do plano? Nada mais é do que a média do passivo.

Nós temos um grupo de aposentados que, se Deus quiser, vai ficar lá na frente, em 2095. Temos que cumprir compromissos, poucos, Sr. Presidente. Nos próximos 10 anos, há bastante. A média de tudo isso dá 12,1%.

A nova regra diz o seguinte: pega-se 12,1% menos quatro. Por que menos quatro? Porque nesses menos quatro, quando tiver só 4 anos de *duration*, não se pode mais ter desequilíbrio. É muito pouco tempo para recuperar. Então, exclui quatro. No nosso caso, são 12,1%. Excluindo os quatro, viram 8,1%. Então, até 8,1%, ou seja, até 11 bilhões de reais de déficit técnico, dentro da nova resolução,



não precisa discutir plano de equalização com os nossos associados. Então, a nossa diferença fica em 13%. De 11% para 13%, o valor que nós iremos debater com as entidades e os 200 mil associados, em 2016, é de 2 bilhões e 900 milhões. Isso vai funcionar. Nós temos até dezembro de 2016 para discutir esse plano. Depois de discutido e aprovado pela nossa instância máxima, o Deliberativo, temos até 60 dias para implementá-lo. A implementação desse impacto não é imediata, não é de um ano, 2 anos, é de até 18 anos. É uma vez e meia a *duration* de 12 anos. Uma e meia dá 18. O valor a ser equacionado é de 2 bilhões e 900 milhões. Corresponde a 160 milhões/ano, metade patrocinador, metade os associados. A discussão que será feita é se a reposição é fluxo linear decrescente ou não.

Agora, Sr. Presidente, o que eu queria comentar aqui, e é muito importante, quando esta Casa fez a discussão da nova Resolução, a 22, foi exatamente para prever se os ativos que compõem a sua carteira são ativos de qualidade e se durante o período podem recuperar, não vai ser preciso fazer a equalização.

Olha só, Sr. Presidente, nós fechamos o ano com uma IBOVESPA de 43 mil pontos e déficit ajustado em 13,4 bilhões. Em 17/03/16, ou seja, no dia do fechamento do nosso balanço, a IBOVESPA já estava em 50 bilhões 914 milhões. Só a nossa carteira, a IBOVESPA, já correspondia, neste ano, 2016, um valor adicional de quase 5 bilhões de reais. Então, se nós fôssemos fechar o balanço em 17/03/16 — eu não tenho esse número aqui —, muito provavelmente aqueles 2 bilhões e 900 milhões não constariam mais lá. E aqui nós não estamos considerando as empresas que nós fazemos avaliação econômica, tipo Vale, que não é marcado em Bolsa, e que também teve, neste ano, recuperação. O preço do minério fechou, no último ano, em 48 dólares, ontem estava em 58 dólares. Então, esses 11 bilhões são exatamente para discutirmos e termos possibilidade durante o ano conjuntural.

Outra mensagem que estamos procurando, com muito cuidado de passar aos nossos associados. Esse déficit técnico conjuntural que foi colocado em 15 impacta a possibilidade de não pagarmos a aposentadoria no dia para os associados? Este gráfico mostra que trabalhamos com planejamento de longo prazo. Então, na barra azul, são os fluxos de recebimento que nós temos para os próximos 7 anos e, na verde, são os compromissos. Então, não temos problema de liquidez. Nós temos



uma carteira de 60 bilhões de títulos públicos, estamos vendendo em torno de 3,5 bilhões de ações, ano a ano, que estão valorizadas. Os compromissos de caixa da PREVI serão cumpridos. Eu estou quase concluindo.

É muito importante, agora, neste momento mais ainda, investir na comunicação. Eu já comentei aqui que vou sair presencialmente para onde estão 85% dos nossos associados, debater com cada um e mostrar a realidade da nossa entidade.

Por último, Sr. Presidente, um fundo de pensão mira a longo prazo. E eu sei que esta Casa está deixando muitas contribuições, ao final, para a melhoria da governança da nossa entidade. O depoimento que eu posso passar aqui para os Srs. Parlamentares é o de que algumas coisas que existem na PREVI nós valorizamos muito ao longo do tempo. Para ser dirigente, diretor, qualquer cargo da administração da nossa entidade, há necessidade de ser associado da entidade há mais de 10 anos. Está no regulamento. E o Presidente da PREVI tem que ser da ativa, tem de estar trabalhando. Metade dos nossos conselhos é de eleitos e metade, de patrocinador. Nós temos na diretoria executiva da PREVI três diretores eleitos, e não temos, na diretoria executiva, onde trabalho diariamente, o voto de minerva. Então, as coisas têm que circular por, no mínimo, maioria ou por consenso. Também o ponto 2, separação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E quando dá empate?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - O Conselho Deliberativo decide, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Conselho Deliberativo é paritário também?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Paritário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Três e três?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Três e Três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Lá no Deliberativo?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Isso. E, por força de legislação, temos o voto de qualidade. Só que, para decidir investimento, nunca foi usado.

Separação de função entre diretorias, Sr. Presidente. Por exemplo, quem faz a política de investimento é um diretor eleito, aprova na última instância. E quem



executa é um diretor do patrocinador. E lá nós tomamos uma decisão também de o corpo técnico da nossa entidade ser composto por funcionários cedidos da ativa. Então, os 600 funcionários da ativa da PREVI também estão muito comprometidos com a entrega do resultado e estão preocupados, com certeza, com o momento atual impactado pelo cenário econômico.

Este é o último *slide*. Aqui é uma demonstração, Sr. Presidente. Eu trabalho ali naquelas caixinhas azuis. Nós trabalhamos, seis diretores, e não há voto de desempate. Os três do lado direito são eleitos a cada 4 anos por escolha democrática dos 200 mil associados. Inclusive, agora em abril, uma das vagas de diretor, o de seguridade, está sendo discutida, e ele toma posse em junho. Daqui a 2 anos, as outras duas vagas, de planejamento e administração, também passam por discussão com quadro social, e os diretores são reeleitos ou novos são indicados.

Sr. Presidente, era isso. Eu volto à mesa e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido.

Com a palavra o Relator, pelo prazo de até 30 minutos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom dia a todos.

Caro Gueitiro, meu conterrâneo, eu só queria, já de início, tentar entender essa questão do déficit. V.Sa. falou em torno de 16 bilhões de reais, 16 bilhões, 136 milhões. É isto?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Dezesesseis bilhões, cento de trinta e sete milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O.k. É o que está aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, V.Exa. pode disponibilizar esse demonstrativo para os demais membros da Comissão?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Claro. Sr. Presidente, se puder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicito ao Saulo que providencie. Se a PREVI tiver mais cópias, ela já fornece. Senão, eu peço que entregue o meu ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Desses 16 bilhões, pelo que eu entendi, foi feita uma análise atuarial entre os dois planos, e chegou-se a uma conta de 16 bilhões. Isso não é o comparativo entre 2014 e final de 2015, do quanto é que



se tinha no Fundo, e quanto é que se diminuiu. Como que se chegou a essa metodologia?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, Sr. Presidente, este é ... Os dois planos que nós temos, um é BD...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ... o outro é CV.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Hum, hum.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Então, esse plano CV, que é o novo, não tem esse conceito de reposição de déficit. Ele é muito semelhante ao aberto.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O déficit a que V.Sa. se refere aqui é atuarial.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É atuarial.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem. E o déficit financeiro?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não... Quer dizer, esse déficit é o seguinte: é o comparativo entre os compromissos que eu tenho...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ... de 135 bilhões de reais no futuro...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ... com os ativos que eu tenho hoje para garantir ele.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual que é o patrimônio, hoje, da PREVI?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sobre esse aspecto, são... o patrimônio da PREVI, no Plano 1, são 148 bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Cento e quarenta e oito. No Plano 2?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Seis bilhões e setecentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Seis bilhões e setecentos?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E quanto que era o patrimônio em 2014?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Nós tínhamos, em 2014, Sr. Relator, 12 bilhões de reserva, recursos de superávit...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim. Tudo bem. Mas quanto...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ... que nós fechamos com 16.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ... era o patrimônio no final de 2014?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Eu posso pegar aqui, até o final do...

(ininteligível)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Claro, claro.

Enquanto o senhor localiza, a composição da PREVI, ela é feita com um percentual do BB e um percentual dos associados. Qual é o percentual de cada um?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É paritário, Sr. Relator, a contribuição do associado e a contribuição do patrocinador...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto que é? Qual o percentual?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ... é na mesma proporção. Para os da ativa, 7%, e o aposentado, 4,8.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O ativo paga 7, e 4,8, o inativo.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer que continua pagando, não é?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Continua, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E da mesma forma, a patrocinadora continua, inclusive para o aposentado. É isto?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Perfeito, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Contribuindo com 4,8.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O associado, ele pode deduzir isso do Imposto de Renda dele?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É... Pode.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pode?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - No limite que estiver dentro da...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Ele é considerado como se fosse uma contribuição que a gente usa na Aberta.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A patrocinadora pode deduzir também do Imposto de Renda dela?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Aí não é Imposto de Renda. Eu não tenho aqui, mas é abatido lá de contribuição tributária, por estar contribuindo para um fundo de...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, isso quer dizer o seguinte: que se nós pegarmos... O produto do imposto é dinheiro público? Quer dizer o seguinte: lógico que isto é um benefício. Qualquer um de nós, aqui, pode fazer um plano de previdência e terá o direito de abater no Imposto de Renda, certo?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E se há, no nosso caso do... Quem não é participante de uma empresa estatal, como é o caso do Banco do Brasil, nós não temos o benefício da patrocinadora. Nós só temos só o nosso recurso. Por exemplo, já disse aqui, Deputado Arnaldo, eu sou beneficiário dos fundos de pensão da OAB. A OAB não coloca paritariamente o mesmo valor de contribuição que eu contribuo. Só eu que contribuo. Mas eu tenho o direito, dependendo do plano que eu escolhi, de deduzir do Imposto de Renda.

Então, o que nós estamos colocando aqui é que isto é dinheiro público. Porque é dinheiro produto do imposto, pelo menos uma parte dele. Pode ser uma parte maior é dinheiro do trabalhador, que parte disso é público, porque ele deduz do Imposto de Renda, e uma parte considerável é dinheiro público porque a patrocinadora ajusta isso nas suas contas.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Relator, se o senhor me permite. Quando uma empresa também patrocina um fundo de previdência aberta, ela também, eu não conheço profundamente a legislação tributária, mas...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ... ela também pode fazer lá as suas deduções...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ... sobre a folha de pagamento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito. Concordo contigo. Há casos em que, também, o dinheiro é público.



O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Também.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque se faz a dedução, o imposto, o imposto é recurso da sociedade brasileira.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Veja como é importante esta CPI. Nós estamos falando aqui, na sua grande maioria, de dinheiro público. Porque uma vez que há um déficit considerável como esse, ou em outros fundos de pensão, quer dizer o seguinte: que mais dinheiro público vai ter que ser aportado para sanar o déficit, ou seja, menos dinheiro vai ficar nos cofres do poder público. E nós estamos falando aqui, Sr. Gueitiro, de uma maneira geral, o quão importante é esta CPI.

Os déficits aproximados deste ano, segundo notícias que lemos nos jornais nas últimas semanas, podem chegar a 65 bilhões de reais. Se considerarmos que o poder público será responsável pelo aporte de metade disso, nós estamos falando em 32, 33 bilhões de reais. E se considerarmos que a outra metade, que é a parte do associado, é deduzida parcialmente em Imposto de Renda, nós estamos falando em um valor muito maior do que isso. Então, vejam como é importante essa questão da CPI.

E essa questão do déficit do... A hora em que o senhor achar, o senhor poderia me trazer...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Já, já...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Achou?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Presidente, Sr. Relator, só para contribuir, por que esta CPI é importante, não é? Com a aprovação da CNPC 22, no nosso caso, por exemplo, em vez de ser 16, que nós deveríamos fazer o plano de equacionamento...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Hum, hum.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ...é 2.900, porque entende o momento conjuntural, não é?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim.

Então, com relação ao déficit de 2014, o senhor achou aí, Sr. Gueitiro?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Patrimônio, em 2014.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso. Qual é o patrimônio em 2014? O patrimônio de 2014 era 168, no Plano 1; 5,71 bilhões, no Plano 2, 174 bilhões. E, em 2015, está em 148 mais 6, não é?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É de 158.8, no Plano 1.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mais 6...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - E 6.82 no Plano PREVI Futuro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Um, cinco, cinco? Mais ou menos 155, para arredondar?

Então, quer dizer o seguinte: que de 174 caiu... Então, são 20 bilhões. É isso que eu quero entender um pouco. Eu entendi a sua metodologia aqui de meta atuarial, pagamentos, e tal. Mas, em relação ao patrimônio, em 2014, da PREVI — se pagou contribuição nesse período também —, e o patrimônio de hoje, houve uma redução de mais de 20 bilhões de reais, ou de aproximadamente 20 bilhões, sem falar os aportes que vieram nesse período. Eu só queria entender um pouco o porquê dessa diferença, Sr. Gueitiro.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Então, Sr. Presidente, o senhor já... É, Sr. Relator, o senhor já...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Só me permite? Esse percentual significa quando? Desculpe-me a pergunta, só...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, o senhor está falando de 20 bilhões, de 174.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - É 1%?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É um pouco mais, uns 12%, 13%.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Dois?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Doze.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Doze por cento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Cento e oitenta...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, 174...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Está correta. Está correta a conta.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, dá 20.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Está correta.



O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - O impacto de diminuição do patrimônio é por conta da desvalorização do ativo, crescimento do passivo...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ... e 9.3 bilhões de dinheiro que nós pagamos de benefícios. As contribuições são em torno de 2.300.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, veja só. Quanto é que entrou de contribuição no ano de 2015? O senhor tem esse dado aí?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Tenho, vou pegar aqui. Dois e...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em 2015 foram pagos 9,2 bilhões de contribuições.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É...9,4 de benefícios.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Benefícios. Certo. É. E quanto é que entrou de contribuição?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Dois...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vou aproveitar o meu tempo, aqui, Sr. Presidente, mais para explorar o Sr. Gueitiro, porque nós aqui, Sr. Gueitiro, estamos nos aprofundando...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Dois bilhões e oitocentos Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá. Só para concluir aqui.

Nós estamos nos aprofundando em alguns temas bastante polêmicos, que chamaram a atenção da sociedade, dos beneficiários, e, principalmente deste Parlamento, de temas... E vou lhe confessar: a PREVI não nos parece que tem algo que chegue perto dos demais fundos de pensão.

Então, a oportunidade aqui é explorar um pouco a sabedoria de V.Sa. e a *expertise* da PREVI, para que nos tragam elementos para servir inclusive de comparativos com os demais fundos de pensão. E eu vou chegar a uma pergunta na sequência que terá um fundamento para comparar com outro fundo de pensão no momento da avaliação do patrimônio, onde V.Sas. têm ação.

Dois ponto oito, certo?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Isso.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Dois ponto oito, pagou, menos isso... Nós estamos falando de 12...11...12 bilhões, mais ou menos. Você soma o que você pagou mais o que você...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Diminui, não é? Diminui.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Diminui? Então, 6 bilhões.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É. Diminui.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, 6,5 bilhões de reais eram o que deveríamos diminuir de cento... Sem falar na projeção de 6.5, 5.6, que é a projeção matemática de ganho real, atuarial, não é isso?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Do INPC... Ah, dos 5%, que é a taxa de juros.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, taxa de projeção. Se você colocar 5% sobre 174...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Meta atuarial.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Meta atuarial. Nós estamos falando mais uns 10 bilhões. Dez bilhões com mais 6: 16. Então, na verdade, o fundo — uma conta bem simples — deveria estar em 190 bilhões em vez de 155 que está hoje. Essa diferença, uma conta matemática bem simples: o quanto é que ele deveria ter crescido atuarialmente, menos o que pagou de benefício, mais o que entrou de contribuição. Se nós tivéssemos, no final de 2014, 174 bilhões, e hoje temos 155, deveria ter 190. A diferença disso dá 35 bilhões de reais. *(Palmas na plateia.)*

É uma conta matemática bem simples. Só para entendermos. Por que reduziu? V.Sa. nos afirma que *“Ah, as ações do Banco do Brasil...”* Onde é que está essa diferença?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Relator, 48% do nosso ativo, em 2015, está em renda variável. Esses 48% de renda variável caíram 17% no ano passado. Só em cinco ativos caíram 13 bilhões, e deveriam ter rendido 16. Em vez de renderem 16.84, que é a meta para estar solvente, para não ter problema de equilíbrio, eles caíram 13. Então, são 13 bilhões que tiveram um resultado... Além de não render os 16.84 que eu preciso ter, que é o INPC mais 5, caíram 13. Treze bilhões no ativo. E, no passivo, nossa reserva matemática total, por conta do 11,28



da inflação, mais 5, cresceram 13 bilhões. Só aí dá 26 bilhões. Nós tínhamos, o ano passado, 12 bilhões de superávit.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Hum, hum.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Só nesses cinco ativos nós tivemos o déficit de 16 bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então tá. O equilíbrio técnico — a palavra utilizada aqui pela PREVI — 16.137 bilhões, o equilíbrio técnico negativo.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Negativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em comparação com o valor da projeção atuarial que deveria ser, nós estamos falando numa diferença aí de 20 bilhões de reais. E V.Sa. está dizendo que esses 20 bilhões estão nessa...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Pagamento de benefício...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, já deduzi o pagamento de benefícios aqui. Já deduzi. Se nós contarmos aqui as...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, olha só: no ativo, 13 bilhões vieram...caíram... caíram da renda variável. No passivo, subiu 13 bilhões. Só aí dá 26 bilhões. E mais os benefícios de 9 bilhões que eu paguei dá trinta e poucos bilhões. Eu tinha 12. Tenho hoje o problema de 16.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu quero chegar no seguinte: como vocês utilizaram essa metodologia para dimensionar o déficit, e o déficit financeiro, aquilo que deveria ser, na projeção atuarial, e o que realmente está hoje em caixa, ele é bem maior, não é?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Faltam 16, Sr. Relator, que é o seguinte: eu precisaria ter 135, segundo a...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim. Isso atuarialmente.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Atuarialmente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, eu entendi isso.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - E eu tenho 119. São os 16 que me faltam, nesse momento de 2015.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, mas considerando que lá em 2014 você tinha 174 bilhões em patrimônio, e se você somar a isso as contribuições



de 9,4 bilhões, se você colocar a variação atuarial prevista sobre os 174 bilhões, de 5,6, ou 6,5? A meta atuarial?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - A meta atuarial é 5% mais 11,26.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Cinco por cento. Vou citar os 11, que pode ser inflação. Cinco por cento. Quanto dá 5% de 174? Nós estamos falando aqui perto de 8 bilhões. Oito, mais nove...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Nessa conta que o senhor está fazendo o senhor está somando o plano novo também, ou não?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os dois.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, é que o plano novo não tem essa lógica.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, mas é só para entender o seguinte: a PREVI tinha um patrimônio de 174 bilhões, em 2014, e hoje ela tem um patrimônio de 155. Isso diminuiu. Mesmo tendo pago, ainda assim a diferença é gigante.

O que eu quero entender é o seguinte: os outros fundos de pensão também utilizam metodologias próprias para dizer que o seu déficit pode ser inferior ao valor que reduziu. Veja, se você pegar os 174 bilhões — esqueça a meta atuarial — e só somar os 2, os 3 de contribuição, já vai a 178. Se tirar os 9 que você pagou, tinha que sobrar 169, e só tem 155, que são os 16, não é?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mais os 10 que deveria, da meta atuarial; dá bem mais do que os 16.

Mas vamos em frente, se não vamos perder muito tempo.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Que é o que foi utilizado, Sr. Relator, o que tinha de reserva de contingência do ano passado, sobrando de 12 bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entendi. Então está aí a diferença.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Está aí a diferença. Tinha 12 bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na verdade, vocês queimaram uma gordura que tinham de 12, se não, o déficit seria de 30 bilhões?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Queimaram gordura.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Exatamente para fazer...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito. E, se não fosse a Resolução nº 26... É isso?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - A 22 agora; alterada pela 22.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aí teriam que aportar um valor bem superior?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Teria que fazer um plano de equacionamento para 17.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual a sua opinião sobre a Resolução nº 22? Foi boa para o banco e boa para os associados?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Eu acho que a Resolução foi boa para todos, porque, primeiro, aproveitou experiências do passado, Sr. Relator. Por exemplo, se essa resolução tivesse na década passada, aqueles 25 bilhões que foram distribuídos não teriam sido feitos, e o plano nosso estaria solvente, hoje. Então, acho que esta CPI...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, a Resolução nº 22 alterou a 26?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas diminuiu o número — de 22 para 26. Não teria que ser um outro número acima?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Acho que mudou o ano, não?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É que é de 2015, Excelência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah, é pelo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concluindo, se fosse contar na ordem, já estaria na mil quinhentos e alguma coisa.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Foi fantástico, inspirou-se no que já acontece pelo mundo. E, se esta CPI tivesse acontecido...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há 3 anos...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Nós estaríamos... Hoje não estaríamos discutindo déficit, com certeza, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na Sete Brasil — requentando aqui, já, o depoimento de V.Sa. em outros momentos — o senhor afirmou à CPI que a PREVI



é conservadora, que ela tinha investido 180 milhões na Sete Brasil, e ela não investiu mais porque ela tinha um teto, um limite de 335 milhões.

Eu queria entender um pouco isso. Quer dizer que a PREVI só pode investir em FIP até 335 milhões? É isso?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, aquele segmento, Sr. Relator, de investimento estruturado, que a Resolução 3.592 define, é um segmento de maior risco. Então, ela define o máximo que pode, e a PREVI define também até quanto, que aí não vai até aquele limite.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas quem definiu os 335 foi a PREVI?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Foi. Foi o seguinte: a nossa política de investimento tem itens lá que definem: *“Olha, eu não quero no mesmo... Eu não quero concentrar meu investimento estruturado, em um só FIP, mais que xis valor”*. E neste caso, os 180 milhões a área técnica da PREVI entendeu, àquela época, olhando os documentos, que já estavam dentro do limite e sugeriu não aportarmos mais recursos e, no caso, sermos diluídos de 9,9% para 2,3%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aí a PREVI poderia investir a diferença entre...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Podíamos manter a participação de 9,9, botando mais dinheiro em FIP.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ir colocando mais, até chegar a 335. Então, essa era uma regra imposta, vamos dizer, o limite pela PREVI?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Na política de investimentos, Relator, e a política de investimentos é um guardião.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E vocês entenderam que era um investimento de risco naquele momento? Foi isso?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Na verdade, é o seguinte: continuava sendo um investimento que apresentava rentabilidade superior à meta, mas nós já tínhamos 180 milhões lá, e, dentro do investimento estruturado, a gente entendia — pelo menos olhando os documentos e o que fundamentou a não ida a mais — que já estava num bom patamar.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Um outro tema que eu quero entender: V.Sa. colocou aqui na sua fala que a Vale não é precificada em Bolsa, que vocês é que fazem uma precificação. Como é feita essa precificação da Vale?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Relator, a Vale... Por conta do acordo de acionista que nós temos lá, de 97, que vai até 2017, nós não temos ação líquida na Bolsa. Então, como é feita a precificação? É contratado um banco de investimento, é adotada uma metodologia de mercado chamada fluxo de caixa descontado, que olha as projeções de receita futura e traz, a valor presente, o quanto que isso representa. E essa metodologia é uma metodologia que vem sendo adotada em momentos em que a Vale estava com ação lá em cima na Bolsa, como nesse momento em que a ação da Vale está baixa. É uma metodologia constante.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E esse banco contratado... Quem são os sócios da Vale?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Nesse acordo de acionista estão: a PREVI, a Matsuri e o Bradesco. São esses os controladores desse acordo de acionista.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E quem mais são os sócios da Vale?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - E a Vale tem ações na Bolsa, tem investidores...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas a FUNCEF não é da Vale também?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Tem um pedaço também. Eu estou falando num acordo de acionista.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Um acordo de acionista.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Essa precificação que vocês fazem dentro dessa metodologia é a mesma feita pela FUNCEF ou não?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não tenho conhecimento das outras metodologias, Sr. Relator. Lá na PREVI...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O que vocês fazem não serve para todos, só para o acordo dos acionistas.



O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, lá, a gente, no mês de julho, escolhe, de uma lista de banco de investimento, e passa essa metodologia para esse banco de investimento fazer a avaliação. Eu não tenho conhecimento. Não serve para os demais esse banco.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como é que é contratado esse banco de investimento para fazer essa análise?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Dentre bancos que têm *expertise* de mercado, a gente troca regularmente esses bancos, e buscando, obviamente, dentre esses bancos que têm capacidade, o menor preço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E num momento de uma venda — que há um acordo de acionista para não vender, a não ser entre eles próprios — esse é o preço praticado no mercado. É isso?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, necessariamente. Esse é até maior, Sr. Relator, porque neste preço não está considerado o prêmio de controle. Está simplesmente projetado o fluxo de caixa dos próximos 20 anos e que o acionista não vê, não precifica isso na Bolsa, porque ele é um cara de curto prazo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não está o prêmio de controle aí nesse preço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá. Nós temos informação de que temos precificações diferentes para o mesmo tipo de ação da Vale.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É, a gente sempre adota um critério conservador, para que permita, de fato, você, se tiver surpresas são positivas.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aqui me chegou, acho que encaminhado por alguém da plateia — plateia é bom, não é, Presidente? *(Riso.)* É que sempre recebemos palmas, às vezes, algo mais —, pelo nosso público aqui presente, e eu gostaria de passar ao senhor duas, três questões. Eu vou ler bem rapidinho, o senhor anota, e daí o senhor responde todas juntas.

Teto remuneratório de contribuições e benefícios para fins de aposentadoria.

“O teto aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI, em junho de 2008, teve sua implementação determinada pela Superintendência Nacional da



Previdência Complementar — PREVIC. Despacho, outubro, de 2013 e 5 de junho de 2013, ratificado pela emissão do TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, encaminhado por meio do ofício tal, de dezembro de 2013. Nota: em despacho de 2015, Ofício nº 373, de 25 de maio de 2015, a PREVIC determina o arquivamento do TAC.”

Então, volta a prevalecer a decisão da PREVIC, que, em 2013, determinou a implementação do teto aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI, em 2008.

Aí vem as perguntas, depois eu posso até passar o texto às mãos de V.Sa.: por que o teto não foi implantado ainda? Quantos ex-funcionários estão recebendo benefícios de aposentadorias com valores acima de 30 mil reais? Há pessoas recebendo valores em torno de 60 mil reais? Quem são elas?

2) Letra b: Bônus. Remuneração variável para diretoria executiva.

“Em 22 de maio de 2015, o Conselho Deliberativo determinou a desvinculação da remuneração dos diretores da PREVI da estabelecida para os diretores do Banco do Brasil, PLR, Participação de Lucros dos Resultados. Por ocasião das apurações dos lucros e pagamentos de dividendos e aprovados em assembleia de acionista do BB. No dia 18 de março de 2016, a PREVI informa aos participantes e assistidos que seu resultado, em 2015, apresenta déficit total de 28 bilhões de reais e saldo negativo de 16 bilhões de reais.”

É importante esclarecer isso.

Se a PREVI não é instituição financeira e não apresenta lucros, por que continua pagando esses bônus de exclusividade do Banco do Brasil?

Letra c: Informações sobre compra e venda de ações e imóveis no período de 2013 a 2014, em valores acima de 10 milhões, indicando de quem comprou, para quem vendeu. Aqui são dados que dependem de outros fatores, que não a sua presença aqui. O senhor não vai se lembrar quais são os imóveis, quem comprou nesse momento. Então, se o senhor puder responder a A e a B, por favor.



O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Obrigado, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu me dou por satisfeito, ao final da resposta, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Relator, Sr. Presidente, sobre o teto remuneratório, cabe esclarecer aqui, antes de falar especificamente, que a legislação não determina a obrigatoriedade de estabelecimento de um teto. Existe um teto de contribuição, que serve para todos os associados do Plano 1, que é em cima da média dos salários. É em cima disso que nós recolhemos e nós aposentamos depois, com 90% desse teto de contribuição, de benefício. Mas o patrocinador e os associados, desde 2008, discutem a implementação de um teto de benefício, um teto máximo que limite as aposentadorias. Com relação a este ponto da TAC, eu acho que, inclusive, eu acompanhei a PREVIC, ao estar aqui, essa TAC foi encerrada no ano de 2015. E aí, por... Ela não tem hoje nenhuma irregularidade da PREVI em relação a essa TAC. E a TAC foi exatamente para implementar a decisão lá de 2008. Logo, essa decisão hoje não está valendo. Mas essas conversas para implementar o teto continuaram. E, em 2015, a Diretoria Executiva da PREVI submeteu uma proposta ao nosso Conselho Deliberativo — isso no mês de dezembro. E o Conselho deve analisar, durante este semestre, a implantação desse teto. Essa proposta de teto na Diretoria Executiva sobre o tema colocar um teto foi consenso e o nosso Conselho Deliberativo, antes de deliberar sobre esse teto, solicitou que a gente pedisse um parecer jurídico externo para avaliarmos todas as consequências da implantação desse teto. Então, Sr. Relator, eu tenho expectativa de que esse semestre nós tiraremos esse tema de pauta. Eu, pelas minhas conversas que eu tenho feito com os associados pelo Brasil, esse é um tema muito relevante, inobstante não financeiramente ter um impacto na nossa entidade, porque, só para V.Exa. ter uma ideia, a quantidade de... de... de beneficiários que estaria acima deste teto, não implantado em 2008, hoje, são 32. São 32 que estariam acima desse teto de 2008, se ele tivesse implantado. Nós, a pedido desta CPI, colocamos à disposição de todos os Parlamentares um pedido da distribuição das aposentadorias das pessoas. Obviamente, por questão de sigilo, não abrimos o CPF das pessoas, mas isso também está à disposição desta CPI. Com relação a



bônus, remuneração variável, hoje, na nossa entidade, não existe... não existe participação em lucros. A PREVI, lá no começo da década passada, fez uma opção de buscar pessoas para trabalhar na nossa entidade que fossem do Banco do Brasil. E hoje todos os colegas do Banco do Brasil, diretores ou não, inclusive os funcionários da PREVI, têm remuneração variável de até seis salários, não têm participação em lucros lá na nossa entidade. Então, isso, durante 2015, foi implantado. E aí há um debate grande. E essa equalização, de receber até seis de remuneração variável, é uma forma de atrair colegas que trabalham no Banco do Brasil a trabalharem na PREVI, porque senão se não for, no mínimo, igual, essas pessoas não teriam esse interesse. E uma das fortalezas do trabalho na entidade, de longo prazo que nós classificamos é ter os funcionários do Banco do Brasil. Então, a Diretoria da PREVI tem hoje até seis salários, que é o que um funcionário do Banco do Brasil e um funcionário da PREVI, cedido para o Banco do Brasil, tem.

(Não identificado) - Mas o Banco do Brasil paga direto, não a gente da PREVI. Isso é dinheiro de aposentadoria. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está registrado o seu protesto.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, Sub-Relator, ao tempo em que convido nosso 2º Vice-Presidente, Deputado Samuel Moreira, para assumir a Presidência dos trabalhos, haja vista que tenho reunião de bancada agora, neste momento. Rapidamente voltarei, Deputado Samuel Moreira, para que...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, não é nada pessoal, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, Deputado Marcus Pestana, é uma reunião da bancada. A bancada dos Democratas fecha uma questão e anuncia a integralidade dos seus votos — dos seus 28 Deputados, já que não perdemos nenhum, ganhamos 7, chegamos a 28 —, a integralidade de 100% dos votos a favor do *impeachment* da Presidente Dilma, neste exato momento. *(Palmas na plateia.)*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É PSDB e PSDB, não tem problema.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ele é Democratas.

Sr. Presidente, Sr. Relator, membros desta Comissão, Dr. Gueitiro Matsuo, participantes desta reunião, nós estamos caminhando para a reta final desta CPI.

E é preciso dar um testemunho de que, ao final deste trabalho, resta a impressão de que a PREVI, *vis à vis* os outros fundos investigados, indica que tem uma governança mais sólida, um perfil de gestão e uma carteira mais seguros, compatíveis com o investidor institucional. Então, fica como saldo um contraste muito grande. E eu queria explorar isso um pouco.

Qual a sua experiência acumulada em alguns... Claro que a conjuntura é de crise, uma recessão brutal. Os dados aqui comprovam uma curva em direção à renda fixa, saindo da renda variável para não ficar prisioneiro dessas oscilações conjunturais. Mas, fora isso, de déficit foi o primeiro ano, isso em plena recessão, que vai ser a maior desde 1930. Levando-se em conta 2014, 2015 e 2016, nós teremos a maior recessão, e é claro que isso repercute, mas nada que não possa ser recuperado se houver uma gestão correta em um médio e longo prazo.

Mas eu queria de ouvir do senhor sobre investimentos específicos. Sobre tudo o que foi discutido aqui, um investimento que nos interessa muito é o da Sete Brasil. E a PREVI teve um comportamento diferenciado em relação à FUNCEF e à PETROS. Não só aportou muito menos recursos, mas também foi muito menor seu grau de disposição: numa segunda chamada, a PREVI não participou. E essa é uma das grandes bombas-relógio que foi plantada no fundo.

Então, eu queria a sua avaliação, primeiro: por que essa diferenciação de comportamento da PREVI em relação à FUNCEF ou PETROS? Qual a avaliação de risco? O que levou a PREVI a ser muito mais prudente em relação à Sete Brasil? E qual estágio... Tudo indica que o investimento vai micar.

Eu gostaria que V.Sa. anotasse, porque eu só tenho 10 minutos. Então, a primeira questão é a da Sete Brasil; no passado, o comportamento, a avaliação de risco, a opção de investimento, por que a PREVI teve um comportamento diferenciado em relação aos outros dois fundos? Queria saber qual a perspectiva.



Eu, acompanhando pelo noticiário, analisei: acho muito difícil recuperar esse investimento. Então, essa é a primeira questão.

Outra coisa é a INVEPAR. Há uma repercussão profunda da Operação Lava-Jato na INVEPAR, muitos analistas avaliam como um bom investimento, com perfil adequado e, sanados os problemas imediatos, queria uma análise da situação da INVEPAR. E o Grupo X: EBX, OGX, o que foi perdido e o que foi recuperado.

Então, são três investimentos pontuais. Quais outros investimentos relevantes já foram lançados como perda total? Queria um comentário especificamente sobre esses três. E quais são os investimentos que já micaram definitivamente, sem nenhuma possibilidade de reversão?

E, por último, quero saber quantos processos hoje remanescem na PREVI, a partir da PREVIC, da CVM. Há processos judiciais? Então, seriam estes dois blocos de perguntas: um sobre investimentos e outro sobre autuações e processos. Então, gostaria de ouvir V.Sa. sobre esses dois blocos, especificamente sobre investimentos, notificações e processos remanescentes.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Obrigado, Excelência, Deputado Marcus Pestana. Eu tenho acompanhado a CPI e vejo que as suas palavras são bastante fundamentadas, porque em todas as sessões tem feito esse debate com vários órgãos e com várias entidades. Bom, sobre a Sete Brasil, vou falar um pouco do passado, então, pela experiência. E a gente está aqui num momento de um ativo, no caso da PREVI, de 180 milhões, que parece pouco, mas é muito. Quantos benefícios isso não pagaria? É muito dinheiro. Então, o que pode ser feito para que a gente evite outras situações? Eu acho que passa por aquela palavra...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só para confirmar: o investimento total da PREVI na Sete Brasil foi de quanto ?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Cento e oitenta milhões.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só para realçar.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Nós tínhamos 9,9, Deputado, e acabamos ficando com 2,3 do FIP. Na verdade, nós não temos investimento na Sete. É o FIP que é o dono.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, é através do FIP. É só para que se contraste, a FUNCEF, a PREVI e a PETROS chegaram a aportar quase um bilhão e meio em valores atualizados. Então, da PREVI, foram 180 milhões?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Foram 180 milhões. Na época, a gente tinha 9,9 de participação e acabamos ficando com 2,3. Hoje a gente é bastante irrelevante na participação do FIP.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Por que há essa diferença de comportamento?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - No caso da PREVI, olhando para a PREVI, passa muito por uma coisa que nós podemos chamar de um guarda-chuva chamado governança, mas especificamente aqui é a observância da política de investimento. A gente já pratica isso desde o final... o começo da década de 2000. Então, no mês de junho em diante, a área chamada Diretoria de Planejamento — é um diretor eleito, Deputado, diga-se de passagem — faz todo um trabalho técnico olhando os próximos 7 anos, o que nós temos que desinvestir para poder cumprir compromissos, que ativos deveríamos investir, considerando que no *mix* tem que rentabilizar cinco, não é? E aqui é muito importante dizer que nós passamos, num período de 2 anos, de 2011 a 2013, Sr. Presidente, em que a taxa do título público estava abaixo de cinco, então os gestores tinham que buscar investimentos com maior rentabilidade e, obviamente, com maior risco. Ele faz tudo isso e, com base na Resolução 3.592, do Conselho Monetário Nacional, define em cada um dessas macroalocações o quanto a PREVI vai dar do momento do Fundo. O momento do Fundo, no caso nosso, é desinvestimento, de cumprimento de compromisso, de liquidez. E, depois disso, são definidas algumas questões de risco. Por exemplo, eu vou investir no segmento estruturado, que é especificamente o caso? Vou. Mas eu vou num percentual pequeno, e quando eu for, eu não vou concentrar todo esse valor, que já é pequeno no todo, no mesmo FIP. Então, ele põe tudo isso nas políticas, e a gente discute isso muito na Diretoria, aprova. Depois isso vai para o Conselho Deliberativo, que debate também, e lá é paritário. E a nossa tradição lá é nunca — e a gente preza muito isso — aprovar nada disso, sem que seja por unanimidade, porque é a nossa entidade, é o nosso futuro. Depois disso, a área técnica acaba trabalhando para o cumprimento dessa política. Então passa por a



gente reforçar essa necessidade de implementar cada vez mais nas entidades, e a gente na PREVI ano a ano vem fazendo esse trabalho de melhoria dessa forma, porque vai chegar um momento em que você vai ter o investimento disponível, mas o momento do fundo talvez não permita ou, naquele mesmo FIP, você não vai concentrar um valor maior. Então, eu responderia que o que a PREVI fez com que ficasse nos 180 foi essa questão da governança. Não que o investimento naquela época, olhando para a súmula nossa — e a gente a disponibilizou para a CPI — não mostrasse que continuava sendo um bom investimento, mas num valor mais complexo de executar, de 7 para 28, mas continuava sendo um bom investimento. Perspectiva. Nós estamos... Mesmo tendo 2,3% só, e nosso voto não decide nada nesse comitê de investimento, nós estamos lá defendendo o dinheiro dos nossos associados. O tempo todo e ainda nós temos esperança, esta semana estão acontecendo as negociações, a imprensa tem noticiado essa negociação com a PETROBRAS e de fechamento desse contrato, que é o que vai trazer receita para a Sete. Agora, uma coisa é muito importante: nós — e isso a gente já decidiu dentro da nossa casa — não mediremos esforços para buscar todas as medidas, inclusive judiciais, para recuperar os 180. Obviamente, Excelência, essa medida é a mais extrema porque, além de custo para buscar isso, a possibilidade de recuperação é demorada e lenta.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas não há nenhuma medida judicial?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - A medida judicial que está na mesa para esse debate é a recuperação...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A notícia de que era uma central de propinas... O fundo não tomou ainda nenhuma medida judicial?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Foi, à época... Eu até comentei na última vez em que passei aqui. O comitê solicitou que se fizesse auditoria, que se fizessem as denúncias aos escalões competentes, que se buscasse o valor declarado dos dirigentes, que, obviamente, tinham até dito que tinham recebido. Enfim, a gente foi diligente nesse processo, Excelência. Invepar. A Invepar é uma *holding* que tem vários ativos. Então nós temos ativos embaixo dessa *holding* que estão no momento, Excelência, de geração de fluxo de caixa maravilhoso. Um



exemplo é o Metrô Rio. No Metrô Rio, você tem pouquíssimo investimento, que é a manutenção e um fluxo de caixa entrando. Como você tem ativos, como é o Aeroporto de Guarulhos, você tem os primeiros... E é assim que funciona um investimento de longo prazo, você está investindo, construindo por 2, 3, 4 anos e vai recuperar esse recurso, a partir do recebimento de tarifa. É um bom investimento, se bem gerido, porque você recebe todo ano as tarifas corrigidas pela inflação e você tem um fluxo de caixa. Então é bastante equilibrado, é o que a gente entende. Hoje a Invepar continua projetando, mesmo com todo o cenário econômico, que também impacta — é menos caminhão passando nos pedágios em que ela tem rodovia, o próprio aeroporto com menos pessoas —, mas a rentabilidade projetada da Invepar hoje é acima de dois dígitos, ou seja, bem acima da meta atuarial.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Deve haver alguma mudança societária, em função da Lava-Jato?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - O que está... O que está hoje disponível, Excelência, é que um dos sócios, que é a OAS, colocou na sua recuperação judicial para pagar os credores dela a parte que ela tem na OAS. Isso já aconteceu no dia 14 passado. Então, possivelmente os credores da OAS serão os novos sócios. Que é certeza de que ela está saindo da sociedade? Sim. O Grupo X... Conseguimos o valor aí? *(Pausa.)* Antes de falar do Grupo X, nós já mostramos... A gente é muito conservador, Excelência, com ativos em que existe pouca possibilidade ou longo prazo para recuperar, em contabilizar. No caso da Sete Brasil, os 180 milhões a gente contabilizou, no nosso balanço de 2015, como uma provisão total. Qual outro ativo que nós contabilizamos com provisão total? É um FIP chamado Global Equity, que é um FIP de 85 milhões que a PREVI tem participação, feito em 2008, que investe em setor de construção, tanto residencial quanto comercial, naquela região, ali no Rio de Janeiro. Como todo o mercado imobiliário andou para trás, esse FIP está tendo problema. Qual a providência que a PREVI tomou, ao ver que esse FIP não está andando? Primeiro, na assembleia de cotistas, orientamos trocar o gestor. Solicitamos uma auditoria ao novo gestor, para saber se todas as providências foram cumpridas. Então, esse é outro ativo que, em 2015, nós colocamos como provisão no nosso balanço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Sauípe não?



O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - O Sauípe... Foi bom tocar. O Sauípe é um ativo que está hoje na nossa contabilidade. Ele é um investimento que não se mostrou viável lá, na década de 90. Qual o nosso trabalho hoje, Excelência? É tentar achar um sócio ou vender aquele ativo. Mas infelizmente, nos últimos 24 meses, há bastantes ativos à venda, no Brasil, e a gente não tem conseguido comprador. Então, é um ativo que a gente precisa ficar cuidando e gerindo. No caso do Grupo X... Nós não tínhamos grandes valores alocados no Grupo X. O pouco de ação que a gente tinha lá era muito para poder estar acompanhando o índice da Bolsa. Então, à época, a gente tinha 122 milhões nas empresas do Grupo, no caso do nosso plano. E nós vendemos todas as ações, à época, ainda no momento em que não estava tão ruim, porque hoje está muito próximo de centavos. Esse valor foi de 36 milhões de — entre aspas — “perda”, em relação à compra. Eu acho que passei.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Notificações da PREVIC, CVM e processos?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Ah, nós não temos, Excelência. nenhum processo de condenação nem na CVM, nem na PREVIC, nem notificação de nenhum dirigente nosso. A gente preza muito por isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Gueitiro, a novidade da sua presença aqui, em relação a sua última visita, está nos números. Na verdade, o que nos chama a atenção é o modelo de gestão, que também serviu como base para contribuirmos para que outros fundos de pensão também pudessem seguir isso daí.

A primeira questão que vou trabalhar aqui é porque pode ter havido um problema de que eu talvez não tenha entendido. A PREVI tem um sistema gerencial de risco próprio — não é? —, o que vocês chamam de gestão baseada em risco.

Eu tive a impressão de que V.Sa. disse que, quando contrata o banco para fazer análise, como no caso da ações da Vale, vocês passam a metodologia. Ajudem-me a compreender isto: a metodologia para precificar o valor das ações da



Vale é baseada numa metodologia própria da PREVI, ou na metodologia utilizada pelo banco que faz essa análise?

Eu vou ter que perguntar tudo primeiro, porque o meu tempo é bem menor do que o dos meus antecessores. Então, essa é a minha primeira questão.

A segunda, V.Sa. diz também sobre o voto de Minerva na segunda instância. Na primeira instância não há voto de Minerva. E V.Sa. também disse que é uma exigência legal que haja o voto de Minerva. Com a experiência de V.Sa. — e cabe a esta CPI fazer sugestões —, seria positivo eliminarmos, em qualquer instância, o voto de Minerva? Isso seria positivo tanto para os funcionários quanto para a mantenedora, para que não houvesse voto de Minerva em nenhuma instância e tudo fosse construído. Isso seria positivo ou não?

Caso fosse positivo, em sua opinião, esse é um debate que nós poderíamos fazer, Sr. Relator, visto que o nosso 2º Vice-Presidente também está aqui. Quem sabe pode ser uma alternativa de lei, para que nós possamos fazer aqui em todos os outros fundos de pensão, para que possamos democratizar isso, não só para os quatro fundos que analisamos aqui, mas como uma política aqui, no País.

São essas as perguntas. Muito obrigado.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Excelência, Deputado Enio Verri, vou começar pela última. Eu acho, pela experiência da PREVI de não ter voto de Minerva na diretoria já há 10, 15 anos, eu trabalho com três diretores eleitos na mesma sala, um colegiado, o tempo todo nós despachamos, eu não tenho ascendência, e eles três prestam contas aos associados com mandato de 4 anos... E, não tendo voto de Minerva, do ponto de vista de gerir a entidade de curto prazo é mais difícil. Mas, para o longo prazo, que é o que a gente mira, que é o nosso negócio, é muito saudável. Então, na minha opinião e pela minha experiência, é mais difícil? É mais difícil. É preciso fazer o convencimento, é preciso fazer o debate? É verdade. Mas eu, como associado da PREVI, tenho 31 anos e, se Deus quiser, vou me aposentar daqui a 5 anos, quero que essa entidade tenha, no meu caso do plano, mais 50 anos, gostaria que assim ficasse na diretoria. Com relação ao voto de qualidade no Conselho, que é uma questão normativa, e também no Conselho Fiscal, onde o voto de qualidade é dos eleitos, na PREVI foi usado o mesmo (*ininteligível*) por quatro vezes, e foram questões muito burocráticas que



foram usadas. Eu também acho que as decisões têm de ser por consenso. Só tem um ponto que precisamos estudar — e eu não sou especialista. Eu não tenho dúvida nenhuma de que as decisões formadas pelo consenso são melhores. Mas vai chegar o momento em que a entidade não pode parar. Vai chegar o momento em que tem de se tomar uma decisão, porque, senão, vai ficar três a três o tempo todo. E, como tomar essa decisão, quando há um impasse longo? Alguém tem que tomar essa decisão, uma instância, um árbitro ou alguém. Que é, sem dúvida nenhuma, muito melhor não usar, é, porque uma decisão sem utilização do voto de Minerva é uma decisão comprometida, tem participação de todos, e é muito melhor implementar. Então, a minha opinião e experiência dizem isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Por favor, só para darmos sequência aqui, podemos até anotar essa observação, e, se o senhor tiver compreendido, pode até comentar. Mas eu pediria, então, aos que estão conosco, que nós restringíssemos, pelo menos neste primeiro momento de uma reunião formal, a palavra aos Deputados.

Quer fazer algum comentário?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, na sequência eu faço. Bom, o segundo ponto, Deputado, só esclarecendo: a metodologia usada para avaliação dos nossos ativos, por exemplo, a Vale, é de mercado. O que a gente diz para o banco é que mantenha a mesma metodologia ao longo dos anos, porque você não pode variar metodologia, senão você tem dispersão de avaliação. Então, mesmo em momento do minério a 180 dólares, como chegou, quando o minério estava a 42, no ano passado, a metodologia tem de ser a mesma. Você tem premissas diferentes que são usadas, e é isso que a gente tem mantido ao longo do tempo, senão, estaríamos avaliando, naquela época de 2008, 2009, a Vale num preço do minério a 180, nós teríamos distribuído muito mais do que 25 bilhões. E se mostrou agora que faria falta neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - V.Exa. concluiu, Deputado Enio? *(Pausa.)*

Pelo que eu entendi da manifestação do Plenário, houve alguma distribuição de recursos aos diretores de alguma...



O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Pelo voto de Minerva?

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, o que me parece é que estamos voltando ao assunto anterior, à questão da remuneração. É essa a informação que o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - É, mas o que eu ouvi do Plenário é que foi através de um voto de Minerva. Só essa questão, eu já sei que foi discutida aqui a distribuição.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Este é um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Mas foi através de um voto de Minerva?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Eu vou comentar. Este é um exemplo é um exemplo de que alguém precisa tomar uma decisão. Durante 3 anos, havia um impasse: parte do Conselho não concordava que tivesse pagamento de remuneração variável, e num momento que tinha, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - E foi pelo Conselho, não pela diretoria?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Foi pelo conselho. É o conselho que define as normas. E, no conselho, alguém que, depois de 3 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Na diretoria houve, então, um empate. Não chegou a subir?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, a diretoria não decide o salário. É lá em cima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Então, é só uma votação, lá não é segunda instância. Vai direto para lá nesse caso?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - No caso da remuneração dos diretores, quem define é o conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Já é direto para lá?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Direto. E aí, por 3 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - E aí teve o voto de minerva lá?



O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Por 3 anos, não havia consenso para pagamento, e alguém teve que tomar uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - O.k.

Com a palavra, o Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Deputado Samuel, eu estou terminando de organizar aqui minhas questões. Há algum outro Parlamentar ou sou o último?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - V.Exa. é o último. Eu quero fazer algumas considerações. Vou aproveitar, então, enquanto V.Exa... É mais sobre a Sete Brasil.

Eu gostaria de saber, em que pese parecer ser um investimento pequeno diante das outras, como você disse, é um grande investimento: 180 milhões na Sete Brasil. O senhor estava na diretoria naquela época?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não, Sr. Presidente. Eu cheguei em fevereiro do ano passado, esse investimento foi aprovado em 2011. Então, as minhas análises são em cima de documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Diante da situação em que está a Sete Brasil, primeiro, já foi contabilizado o prejuízo no balanço?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - No caso da PREVI, nós tomamos a decisão de provisionar 100%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Então, já está contabilizado no balanço...

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Está contabilizado no final de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Há alguma expectativa de vocês? Qual é a expectativa real de vocês? Você acha que a Sete Brasil tende a se reerguer ou não?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Como essas negociações estão já acontecendo nos últimos 30 dias com a PETROBRAS, Sete Brasil e PETROBRAS — e nós, como acionistas do FIP, acompanhamos —, nós estamos esperançosos de fechar esse acordo. Se fechar esse acordo, nós com certeza teremos recuperação desses valores, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Vocês acompanham de que forma?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Acompanhamos através do FIP, em que nós temos 2,3%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Mas participam de alguma negociação, reunião?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Não. A negociação é Sete Brasil e PETROBRAS. Nós acompanhamos na assembleia de cotistas do FIP, que tem a Sete Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Vocês fariam... Vocês acham que a Sete Brasil foi um empreendimento... Você acha que não deveria ter sido feito esse investimento?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Presidente, olhando para os documentos da época e considerando os fluxos projetados, a rentabilidade, e até pelo nível de investidores que colocaram dinheiro lá, era um bom investimento à época. Tanto que investidores como Bradesco e Santander colocaram recursos lá. Então, pelo olho daquele cenário, era um bom investimento. Ao longo do tempo, não se concretizaram aquelas premissas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - E você acha que foi por conta só da crise da PETROBRAS ou por algum outro motivo? Por que você acha que não deu certo, então?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Àquela época, era um cenário — olhando agora por esse ângulo —, um cenário de petróleo, de preço da *commodity*, de crescimento mundial bem diferente de hoje, não é? Acho que esse é um dos pontos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - E você acha que não deu certo só por isso?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Olhando hoje, é o que eu posso avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Não acha que houve outros motivos?



O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Eu não conheço, Sr. Presidente, outros motivos, até porque nossa participação é de 2,3%. Então, nós não temos voto relevante nesse FIP. A gente acompanha na assembleia de acionistas e, na negociação de Sete com PETROBRAS, nós não participamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Alguém quer fazer mais alguma consideração? (*Pausa.*)

O Deputado Raul Jungmann está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Gueitiro, seja bem-vindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A minha primeira questão remete ao seguinte. Mais ou menos entre 2000 e 2010, os fundos de pensão PREVI, PETROS e FUNCEF aplicam, aproximadamente, 3 bilhões de reais na INVEPAR. Ao redor dos anos 2014, mas, sobretudo 2015, Deputado Samuel, a OAS principia a apresentar uma série de problemas, frutos, obviamente, da operação, da suspensão de negócios, embargos, etc. É nesse momento que é feita uma emissão de 2 bilhões de debêntures. Isso, em 2015. Nesse momento da emissão, o Presidente do conselho de administração da INVEPAR era o Sr. Gueitiro, que é também, concomitantemente, presidente da PREVI.

Mesmo diante dos prejuízos do investimento anterior feito, da compra com ágio de 300%, a PREVI, sob a presidência do Sr. Gueitiro, vai comprar 333 milhões em debêntures da OAS, Sr. Relator.

Então, para ficar bem claro: é feito um primeiro investimento, até 2010, de 3 bilhões, no conjunto dos fundos de pensão e, se não me falha a memória, a PREVI adquire 1 bilhão da INVEPAR. Ou seja, os fundos de pensão são responsáveis por 75% do capital da INVEPAR, e a OAS, por 25%. O.k. até aqui?

Então, o que acontece? Em 2015, a OAS começa a ter problemas, sérios e graves problemas. O Sr. Gueitiro era Presidente do conselho de administração da INVEPAR e, ao mesmo tempo, Presidente do conselho da PREVI. E é tomada a decisão, pela PREVI — que no caso da FUNCEF foi por voto de minerva —, de investir mais 333 milhões. Nesse caso, a situação era tão grave, Relator, que posteriormente, quando a OAS coloca no mercado seus 25%, ninguém aparece para comprar esses 25%. Ninguém aparece. Hoje, a percepção que se tem é de que não



há condições para que a OAS consiga honrar seus compromissos. Não consegue. Transformaram-se suas debêntures num mico e, ao mesmo tempo, não consegue honrar seus compromissos.

Então, minha pergunta ao Presidente da PREVI, que era também Presidente do conselho de administração, é se o senhor poderia me explicar por que, tendo comprado esse valor de aproximadamente 1 bilhão de investimento, sendo o senhor Presidente da INVEPAR e Presidente da PREVI e sabedor, como todos sabíamos, das dificuldades e problemas da OAS — tanto que não consegue colocar em mercado os seus 25% restantes em termos de capital —, por que é que a PREVI resolve investir mais 333 milhões nesse projeto que, por todo e qualquer ponto de vista e análise, está claramente naufragando. Tanto é fato que não consegue a OAS colocar no mercado seu capital, os 25% da INVEPAR e, ao que tudo indica, também honrar seus compromissos.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - V.Exa., Deputado Raul... O primeiro ponto é: nós não adquirimos debêntures da OAS. A PREVI participou e adquiriu uma parte das debêntures da INVEPAR. Nesse período...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpe se eu dei a entender isso. Claro, o senhor tem razão, estamos falando da INVEPAR.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Estamos falando da INVEPAR.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quando falo da OAS, é dos 25%. Mas não muda nada no meu raciocínio. Vamos à INVEPAR. *(Palmas.)* Vamos à INVEPAR.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - A OAS, a essa época da distribuição das debêntures, em novembro do ano passado, já estava inclusive declarado na recuperação judicial que estava saindo desse investimento INVEPAR. Essa captura de recursos de 2 bilhões foi distribuída no mercado. E nós temos bancos como Bradesco, Citibank, o próprio investidor Brookfield, que no mercado — saiu muito na imprensa — tinha um interesse muito grande de participar da INVEPAR, inclusive adquiriu 500 milhões desses 2 bilhões. A PREVI participou com 334 milhões dessas debêntures. Então, é um papel muito bom, tanto que o mercado aceitou esse papel. E há outra coisa importante de esclarecer, Deputado, se me permite isso — e é bom, porque a gente pode esclarecer aos associados —, é um papel que estava



pagando IPCA mais 11% ao ano. Então, era uma oportunidade de investimento bem superior à nossa meta atuarial, um título de renda fixa de um ativo de que nós somos sócios e conhecemos, que tem capacidade de honrar um papel de...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quer dizer, o senhor acha que a INVEPAR tem condições de errar... O senhor afirma perante esta Comissão que a INVEPAR é um bom negócio e que tem condições de honrar o investimento feito pela PREVI. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Nessa decisão de comprar esse papel não foi usado voto de minerva, o papel da INVEPAR.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Estou falando da FUNCEF.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Ah, o.k.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu falei da FUNCEF. Agora, queria que o senhor me dissesse isto: a INVEPAR é um bom investimento? E vai-se recuperar esse investimento?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Nós acreditamos, quando tomamos essa decisão...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ah! Quando tomaram! Mas eu estou perguntando hoje, ao Presidente de hoje. O senhor acredita? O senhor acha que é isso, efetivamente?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sim, continuamos acreditando.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, o senhor investiria de novo na Invepar?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Dentro dos limites de risco que estão definidos na nossa política de investimentos, sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quais são os limites de risco desse investimento que permitem ao senhor investir numa companhia, a OAS, que não consegue hoje 25% de mercado? E ninguém compra... É zero! Qual é o investimento bom que o senhor está querendo dizer com isso? Seja claro.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Excelência, as decisões são colegiadas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - O Sr. Deputado fez uma pergunta objetiva, se o senhor, hoje, compraria isso de novo.



O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Por favor, poderia repetir?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Em que negócios o senhor investiria hoje?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Na Invepar?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Na Invepar.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Se a política de investimento da PREVI permitir — eu não fiz análise agora de elevar mais valor — e o comitê decidisse comigo, eu investiria. Sozinho, eu não tenho alçada para nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Não, mas ele quis dizer sozinho, ele quis saber realmente a sua opinião. A sua opinião é essa dentro do colegiado. Pode ser que o colegiado decida não investir, mas a sua opinião seria investir. É isso que ele perguntou.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Eu não olhei a análise técnica de um novo investimento. Eu analisei R\$ 334 milhões; com R\$ 334 milhões, o colegiado e a área técnica concordaram.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Qual foi o resultado para a PREVI do investimento na Invepar em 2015? Qual foi o retorno?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - O retorno nominal médio... É o seguinte, nós estamos na Invepar desde 1997, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu perguntei em 2015.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - O retorno nosso atualizado é de 20%.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Em 2015, foi esse o retorno?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Em 2015, a Invepar teve uma avaliação igual a Vale teve, igual aos demais ativos, de decréscimo do valor. Nós tínhamos um valor avaliado. Deixe-me pegar aqui...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tradução: prejuízo.

(Pausa.)

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Eu não tenho aqui, Excelência, eu posso passar. Mas, eu confirmo, é um valor que, comparado ao valor que a Invepar tinha no balanço de dezembro de 2014 com o balanço de dezembro de 2015, foi negativo.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ou seja, deu prejuízo, traduzindo em português claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - E por que a Invepar deu prejuízo?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Por valor econômico, igual à Vale, igual a outras empresas, igual a várias empresas que estão na Bolsa de dezembro de 2014 a dezembro de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Mas algumas são *commodities*, caíram, vão voltar a crescer. Qual seria a Invepar?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Por exemplo, fluxo de pessoas nas estradas, nos aeroportos. Ela é dependente diretamente de tarifas disso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Em resumo, é feito um investimento numa empresa que teve um ágil de 300% — registre-se isso —, em que os fundos de pensão tiveram 75% do capital e a OAS 25%. Essa empresa começa, em 2015, a apresentar claramente resultados, digamos assim, negativos. A OAS tenta vender a sua participação, não consegue — é tão bom o papel que ela não consegue vender, Sr. Relator, para ninguém —, e a PREVI resolve fazer um investimento de R\$ 334 milhões, sendo o Presidente do Conselho de Administração da Invepar o Presidente da PREVI, que aqui se encontra e que obviamente reconhece que, neste ano de 2015, em que foi feito um investimento de R\$ 334 milhões, houve um prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Era o momento de fazer esse investimento nessa situação? É isso que ele quis perguntar. O senhor o faria de novo?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Mas olhe só, Sr. Presidente, tanto é um investimento com capacidade de retorno que os demais agentes do mercado compraram esse papel, inclusive a Brookfield, que era quem avaliou esse ativo durante 6 meses para comprar. Continuava sendo um excelente...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O que ele está dizendo é o seguinte. Ele baseia a escolha dele, o acerto dele pelos demais agentes de mercado. Ou seja, ele não tem responsabilidades, apesar de ser Presidente: *“Olha, se alguém comprou e era bom, eu vou comprar também”*. (Palmas na plateia.) Ora,



por favor! Ao mesmo tempo, quando fazemos perguntas, ele diz: “Se o comitê, se o colegiado, se não sei o quê”. Enfim, ele dilui a responsabilidade que é dele.

Esse é um investimento, quero também deixar aqui claro, absolutamente temerário e injustificável, sob qualquer parâmetro que se queira fazer a escolha. E é isso que leva ao prejuízo que hoje existe, não só neste fundo, como nos demais fundos, uma administração absolutamente temerária, indevida e injustificável.

Sr. Presidente, Sr. Relator, era isso que nós tínhamos a perguntar.

Muito obrigado. *(Palmas na plateia.)*

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Excelência, só quero dizer que eu não tenho alçada para nada na PREVI — e isso é bom —, então tudo é baseado em área técnica e em comitê. É por isso que qualquer decisão ou opinião minha é com base nessas premissas que eu falo aqui.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Gestão temerária coletiva! Então que seja. Obrigado. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pelo que percebi aqui, já cheguei após todas as participações. Eu questiono se alguém mais desejaria fazer uso da palavra, senão passarei às considerações. *(Pausa.)*

O Presidente que estava em exercício, Deputado Samuel Moreira, já fez uso da palavra? Quer complementar de alguma forma? *(Pausa.)*

Eu não sei se já foi questionado — se já foi, perdoem-me — na sua explanação isto: o senhor falou que os 600 membros da PREVI são servidores cedidos do Banco do Brasil? É isso?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Presidente, grande parte, por volta de 520, é por um contrato de cessão, e em torno de 100 são contratados diretamente pela PREVI. Mas a área técnica, a área de decisão, é por um convênio de cessão, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A remuneração é o Banco do Brasil que paga? Ou ele ganha o salário do Banco do Brasil mais uma complementação da PREVI? Só quero entender a regra geral.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Presidente, o Banco do Brasil paga, e a gente ressarce o Banco do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os senhores ressarcem o Banco do Brasil desses valores.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Igual a um convênio de cessão para o serviço público, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quanto é o custeio da PREVI? Por exemplo, o Presidente da PETROS esteve aqui e trouxe o valor do dispêndio de custeio. Quanto é o custeio total e especificamente com o pessoal? O senhor tem esse número aí?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Tenho sim, Sr. Presidente. E permita-me, esclarecendo a todos, é um eslaide que eu tenho levado aos associados, Sr. Presidente. No ano de 2015, a despesa da PREVI foi de R\$ 308 milhões. Nós tínhamos orçado em R\$ 324 milhões; gastamos R\$ 16 milhões a menos. Desse orçamento, R\$ 86 milhões é o ressarcimento ao Banco do Brasil. Então, é mais da metade. Todos os outros itens, exceto depreciação, a gente rodou negativo em relação a 2014, exceto o de pessoas, que é vinculado ao contrato de cessão com o Banco do Brasil e tem um acordo coletivo. Então, no geral, a nossa despesa no ano passado foi de 3,2% quando comparado a 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeitamente.

Outra pergunta que eu teria, o Relator já adiantou, é sobre a questão da precificação da Vale, até porque o Presidente da FUNCEF estará aqui, e esse será um dos temas que será abordado. O Sr. Carlos Caser já apresentou referências ao tema de outra vez e agora virá nessa próxima reunião.

Permita-me também tirar outra dúvida, muito mais como opinião. Um dos temas que foi relevante na vinda do Presidente da PETROS, o Sr. Henrique Jäger, foi exatamente a governança da Invepar, que tem a OAS como uma das suas sócias cotistas. As outras três praticamente em condições de igualdade são a FUNCEF, a PREVI e a PETROS. Qual é a avaliação que o Banco do Brasil tem feito dessa governança, da situação desse modelo de negócio? Quais são as perspectivas futuras sobre o tema? Quem da Previ participa do Conselho ou das reuniões da Invepar?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Na Invepar, cada um dos sócios lá tem em torno de 25%. Então, são quatro. Desde a metade do ano passado a OAS já



tinha declarado que estava saindo — quando ela deu lá aos credores a parte que ela tem na Invepar como pagamento da dívida. Então, durante todo esse período aí, quem tem gerido de fato a entidade praticamente são os três fundos, até porque um sócio já declarou que vai sair. Eu participo do Conselho da Invepar, sou o Presidente, e estamos lá defendendo esse ativo, Sr. Presidente. É um ativo que passa por momento... Nós temos ativos lá que estão numa fase de geração de caixas muito boa, que não têm mais investimento, como, por exemplo, Metrô Rio, e temos ativos que passaram os últimos 4 anos desembolsando dinheiro, como é o caso do aeroporto de Guarulhos. Então, no *mix*, que é o que se avalia numa *holding*, ainda para a Invepar, o *holding* continua sendo investimento rentável, investimento acima da meta atuarial. E o que a gente precisa cada vez mais é exercer a governança, cuidar desse ativo lá com todo o cuidado de que ele precisa. A minha ida para a Invepar, por indicação do Conselho Deliberativo nosso o ano passado, já foi muito nessa linha. Eu acho que o Presidente da PREVI, dado que esse ativo é tão relevante na nossa carteira, deveria estar lá. Então, eu estou lá desde maio do ano passado, ajudando, dentro da governança do Conselho da Invepar, a cuidar desse ativo, que passa por momento de dificuldade econômica mesmo, porque tem menos carros nas estradas, menos pessoas nos aeroportos, menos tarifa, enfim, cenários de dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas, na avaliação dos senhores, a aquisição por R\$ 16,5 bilhões, salvo engano, foi dentro de um patamar de mercado? Isso não está inviabilizando o negócio com a outorga de que tem que ser paga? O senhor vê previsibilidade?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Especificamente, como um caso de investimento de Guarulhos, que é um dos ativos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De Guarulhos, exatamente. Perdão, vou me restringir a Guarulhos.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Presidente, nós temos e acompanhamos... Continua sendo um investimento de 20 anos, que, quando você olha os primeiros 4 anos de investimento de pagamento de outorga, ainda que não esteja gerando caixa suficiente para que pague essa outorga, então você tem o que se chama tecnicamente no mercado de Curva J. Então, é a curva que está rentável



aqui e que ali na frente você vem e só começa a colher receita, porque você não tem mais investimento, como aconteceu no Metrô Rio e em outros investimentos passados. Mas, indo objetivamente à sua pergunta, continua hoje, com todas as dificuldades de cenário, um ativo rentável e que projeta a integridade acima da meta atuarial que os fundos necessitam para honrar seus compromissos de aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como é que está o processo de venda da parte da OAS na Invepar? Quais são os próximos passos?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sr. Presidente, dia 14 de março agora, o juiz que preside a RJ declarou que os credores são os novos acionistas. A partir disso, ele notificou outros demais fundos a manifestarem ou não o seu direito de preferência, porque nós temos o direito de preferência de comprar essa parte pelo valor de R\$ 1,350 bilhão. Na nossa avaliação aqui, se não me engano, está R\$ 2 bilhões. Nós acreditamos muito nesse ativo. Então, é a discussão que está hoje dentro dos fundos. Para isso, Sr. Presidente, como a gente trabalha em governança lá na Previ, eu instalei um grupo de trabalho com seis executivos, um de cada diretoria — três eleitos, três técnicos —, junto com a área jurídica, para trazer para a diretoria e para o conselho se deveríamos ou não exercer o direito, porque estamos com o nosso plano, esse mais maduro, numa fase de necessidade de liquidez. A gente entende que é ativo bom e vale R\$ 2 bilhões, por avaliação econômica de banco de primeira linha. Então, eu exerço ou não exerço esse direito? Só que, se eu exercer, vou pôr mais dinheiro no ativo, que vai demorar, não vai recuperar — eu não vou conseguir de repente abrir o capital dessa empresa na Bolsa —, ou vender parte desse ativo nos próximos 2, 3 anos. Não sei até onde vamos ter uma recuperação econômica. Por outro lado, se eu não o exerço, eu estou deixando dinheiro na mesa, como a gente diz no jargão financeiro. Se eu fosse um gestor de curto prazo e de um *private equity* que decidisse sobre dinheiro de meros investidores, eu não tenho dúvida nenhuma de que eu recomendaria o exercício, mas nós cuidamos do dinheiro de 200 mil pessoas, e que é o bem mais sagrado delas, a aposentadoria. Então, não dá para tomar essa decisão sem que haja um consenso e um embasamento muito técnico. Nós teremos até o dia 14 de abril, se



não houver liminar judicial que mude esse prazo, para manifestar nos autos se aceitamos o novo sócio ou se botamos o dinheiro lá e ficamos em três sócios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa aquisição, logicamente, está sendo conversada com PETROS e FUNCEF.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Sim, eles têm acompanhado, porque esse é um direito dos três sócios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dos três sócios. E a ideia é, se for feita a aquisição hoje, que se faça repartido por igual.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Aí vai muito da discussão interna em cada um dos fundos, Sr. Presidente, e da maturidade do plano de cada fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, compreendo. Na Sete Brasil, os senhores entraram com alguma ação judicial para cobrar ressarcimentos em virtude das denúncias de corrupção, inclusive da delação premiada, e aqui mesmo nesta Comissão, do Sr. Pedro Barusco, de que o dinheiro aportado pelos fundos de pensão pode ter sido utilizado para pagar as propinas?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Na época que isso saiu na imprensa, saiu em alguma delação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E aqui também na CPI.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - ...e aqui também, foi contratada a consultoria acho que da Kroll, se não me engano, não estou recordando aqui, para investigar se havia mais coisas dentro da Sete a respeito dessa denúncia, e o relatório mostrou que parece que não havia. Mas, especificamente a respeito desse caso, a Sete, não a FIP Sondas, porque é a Sete que toma as providências, tomou as providências judiciais. Eu não as tenho aqui, mas eu posso, depois, encaminhar ao Sr. Presidente quais medidas foram essas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Nós gostaríamos de saber quem é o membro da PREVI que participa do Conselho da Sete, do FIP.

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - Luiz Carlos Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem é Luiz Carlos Teixeira?

O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO - É um aposentado. Foi escolhido a partir daquele processo que a gente tem, anualmente, de indicação de conselheiros nas empresas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Da minha parte, dou-me por satisfeito.

Alguém mais deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se terça-feira, dia 29 de março, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente, para tomar depoimento do Sr. Carlos Alberto Caser, Presidente da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF. (*Palmas na plateia.*)

Está encerrada a presente reunião.